



UK - BRASIL INTERNATIONAL

WORKSHOP

09 a 13
Setembro
2019

Foz do Iguaçu | Paraná | Brasil

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
URBANO RESILIENTE AO CLIMA

Financing Urban Climate-Resilient Development



International Journal of Environmental Resilience Research and Science (IJERRS)
Revista Internacional Resiliência Ambiental Pesquisa e Ciência
ISSN 2675-3456 – Número 1 – Volume 1 – 2019

MUNICÍPIO RESILIENTE EM AFOGAMENTO

Antonio SCHINDA¹

David SZPILMAN²

Angelo Mazzucchi S. FERREIRA³

Ricardo D. F. TAVARES⁴

Eixo Temático: Políticas de Proteção e Defesa Civil;

Resumo: De acordo com a Organização Mundial da Saúde, afogamento é uma grave ameaça negligenciada à saúde pública, sendo que morrem em média 372.000 pessoas por ano em todo o mundo; 40 pessoas a cada hora do dia. No Brasil quase 1 milhão de pessoas se afogam e 5.700 morrem por afogamento a cada ano, sendo mais de 75% em rios, lagos e represas onde não existe nenhuma supervisão de guarda-vidas. Tendo em vista esta trágica realidade, é fundamental criar mecanismos de resiliência para estes locais, tendo como atores centrais os municípios, de forma a melhor efetivarem a gestão de riscos de afogamento em suas áreas geográficas.

Palavras Chave: Afogamento. resiliência

Abstract: According to the WHO drowning is a neglected public health threat claiming 372.000 lives per year worldwide, 40 persons per hour. In Brazil almost 1 million drown and 5.700 die by drowning each year. More than 75% occur in rivers, lakes and dams where no supervision by lifeguards exists. In view of this tragic reality, it is fundamental to create resilience mechanisms for these places, with municipalities as central actors in order to improve the management of drowning risks and take subsequent actions in their geographical area.

Key Words: Drowning.resilient

1 Mestre em Educação e pesquisador do GEPPES – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel. Vice-Diretor Administrativo da SOBRASA. Supervisor da Defesa Civil Regional do Paraná e Major do Corpo de Bombeiros do Paraná. Endereço eletrônico: antonioschinda1@hotmail.com.

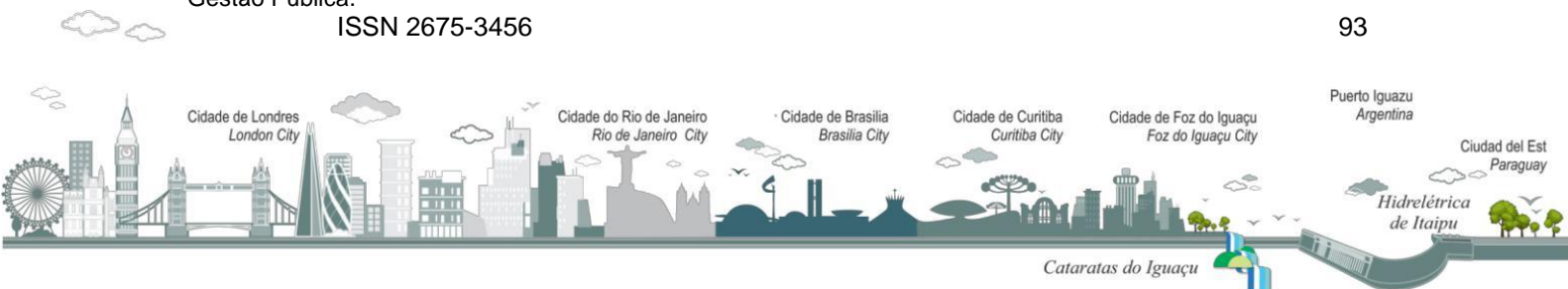
2 Médico, especialista em afogamento e terapia intensiva; Sócio Fundador, Ex-Presidente e atual Diretor Médico da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático – SOBRASA; Médico da Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro; Ten Cel Médico RR do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro; Membro do Conselho Médico da Federação Internacional de Salvamento Aquático; Membro da Câmara Técnica de Medicina Desportiva do CREMERJ

3 Mestre em Direito Processual Civil pela UNIPAR-Umuarama; Especialista em Direito Sanitário pela FIOCRUZ-RJ; Especialista em Direito Público pela ESMP-RS; Promotor de Justiça do Estado do Paraná, titular da 9ª. PJ/Cascavel- Proteção do meio ambiente e saúde pública

4. Ricardo Doum Fornalski Tavares, Tenente do Corpo de Bombeiros do Paraná, Pós graduado MBA em Gestão Pública.

ISSN 2675-3456

93





1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde afogamento é uma grave ameaça à saúde pública, que provoca a morte de 372.000 pessoas por ano em todo o mundo; 40 pessoas a cada hora do dia.

No Brasil, aproximadamente 1 milhão de pessoas se afogam e 5.700 morrem afogadas ao ano, dentre esses, predominam os jovens do sexo masculino (SOBRASA 2018). A maioria destas mortes ocorre em rios, lagos, represas ou praias isoladas, longe da prevenção ativa realizada por guarda-vidas (SCHINDA, 2013). Tendo em vista esta trágica realidade, é fundamental criar mecanismos de resiliência para estes locais, tendo como proposta a implantação do programa “município resiliente em afogamento” em toda área geográfica do município, coordenado pelos agentes públicos municipais, havendo fundamento legal para a exigência de que o Poder Público Municipal institua e mantenha, guarda-vidas municipais e equipamentos de segurança em todas as praias, principalmente aquelas constituídas como áreas de lazer de água doce.

Tabela 1 dados importantes sobre afogamento no Brasil

16 brasileiros morrem afogados diariamente
A cada 91 min. um brasileiro morre afogado
Homens morrem 6,8 vezes mais
Adolescentes tem o maior risco de morte
47% dos óbitos ocorrem até os 29 anos
O Norte do Brasil tem a maior mortalidade
52% das mortes na faixa de 1 a 9 anos de idade ocorrem em piscinas e residências
Crianças < 9 anos se afogam mais em piscinas e em casa
75% dos óbitos ocorrem em rios, lagos e represas
2º causa de morte de 1 a 4 anos
4º causa de morte de 5 a 9 anos
3º causa de morte de 10 a 14 anos
4º causa de morte de 15 a 24 anos
44% das mortes ocorrem no verão
Mais de 80% das mortes ocorrem por, ignorar os riscos, não respeitar limites pessoais e desconhecer como agir





UK - BRASIL INTERNATIONAL

WORKSHOP

09 a 13
Setembro
2019

Foz do Iguaçu | Paraná | Brasil

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
URBANO RESILIENTE AO CLIMA

Financing Urban Climate-Resilient Development



Cada óbito por afogamento custa R\$ 210.000,00 ao Brasil

Fonte: Sobrasa, 2018

A perda que ocorre por afogamento é sempre de forma inesperada provocando um desequilíbrio emocional familiar sem precedentes.

Dentre todas as possibilidades de trauma, o afogamento é sem dúvida o de maior impacto familiar, social e econômico. Incidente silencioso, cercado de erros passíveis de serem corrigidos que são atribuídos a uma fatalidade inevitável do destino. A maioria dos afogamentos ocorre no ambiente extra-hospitalar e, por ter pouca ou nenhuma repercussão, não ganha a notoriedade e a atenção que necessita. Para a sociedade em geral a palavra “afogamento” remete ao salvamento e, pensa que as medidas de primeiros socorros são as mais importantes, no entanto, a ferramenta de maior eficácia na luta contra os afogamentos em meio líquido, é a prevenção.

Os afogamentos em meio líquido em sua maioria, ocorrem em locais remotos onde os índices de desenvolvimento humano (IDH) em geral são baixos, normalmente a vítima é pobre e de baixa escolaridade, e o corpo muitas vezes fica desaparecido, chamando pouca atenção da mídia, fatos com pouca ou nenhuma divulgação e, não raro, atribuindo à vítima, a única responsabilidade da própria morte, com chamados como “jovem embriagado morre em rio da praia tal ...” ou, “crianças de 8 e 10 anos morrem afogadas ao nadarem em águas do lago tal”, jamais atribuindo a causa do afogamento a outrem, que deveria ter adotado medidas preventivas para evitar tais tragédias, diminuindo a comoção social e, a responsabilidade de pais, agentes públicos e, agentes privados na reversão destes alarmantes índices.

A realidade dos dados sobre afogamento aqui apresentados não destaca um novo problema, mas uma velha e grave endemia pouco conhecida e divulgada em nossa sociedade. Então, porque é tão difícil convencer a sociedade, os gestores públicos e, os administradores privados a investirem neste segmento? A resposta está no fato de que

ISSN 2675-3456

95





UK - BRASIL INTERNATIONAL

WORKSHOP

09 a 13
Setembro
2019

Foz do Iguaçu | Paraná | Brasil

**FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
URBANO RESILIENTE AO CLIMA**

Financing Urban Climate-Resilient Development



eles desconhecem o tamanho exato do problema, tais como o número de pessoas que diariamente se submetem ao risco de incidentes aquáticos, o custo humano e financeiro destas tragédias (fatal ou não). Assim, um dos grandes desafios neste segmento, é conseguir impactar a sociedade com informações de gestão dos riscos. Outro grande desafio é fazer com que os gestores públicos e, administradores privados de ambientes de lazer, entendam que possuem o dever legal de garantir a segurança das populações que frequentam aqueles ambientes.

Nosso maior problema hoje é a falta de uma política pública de prevenção de afogamento padronizada em âmbito nacional tais como: legislação padronizada; placas de orientação em segurança; regulamentação da profissão de guarda-vidas; regulamentação do uso dos equipamentos de proteção individual; regras de segurança para atividades aquáticas; padronização de ações preventivas em locais de águas abertas; e legislação que atribua ao município a segurança em suas áreas aquáticas. etc.

O princípio da redução do número de incidentes aquáticos é a prevenção que inclui principalmente o mapeamento dos riscos, a sinalização deles e sua divulgação para as pessoas que frequentam aquele ambiente aquático bem como toda a educação dessa sociedade para esses riscos e formas de mitigação.

Tendo em vista esta trágica realidade, é fundamental criar mecanismos de resiliência para estes locais, tendo como foco as políticas públicas municipais de mitigação de afogamento implementadas e coordenadas pelos agentes públicos municipais.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde afogamento é uma grave ameaça à saúde pública, que provoca a morte de 372.000 pessoas por ano em todo o mundo; 40 pessoas a cada hora do dia.

No Brasil, aproximadamente 1 milhão de pessoas se afogam e 5.700 morrem afogadas ao ano, dentre esses, predominam os jovens do sexo masculino (SOBRASA 2018). A maioria destas mortes ocorre em rios, lagos, represas ou praias isoladas, longe

ISSN 2675-3456

96





UK - BRASIL INTERNATIONAL

WORKSHOP

09 a 13
Setembro
2019

Foz do Iguaçu | Paraná | Brasil

**FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
URBANO RESILIENTE AO CLIMA**

Financing Urban Climate-Resilient Development



da prevenção ativa realizada por guarda-vidas (SCHINDA, 2013). Tendo em vista esta trágica realidade, é fundamental criar mecanismos de resiliência para estes locais, tendo como proposta a implantação do programa “município resiliente em afogamento” em toda área geográfica do município, coordenado pelos agentes públicos municipais, havendo fundamento legal para a exigência de que o Poder Público Municipal institua e mantenha, guarda-vidas municipais e equipamentos de segurança em todas as praias, principalmente aquelas constituídas como áreas de lazer de água doce.

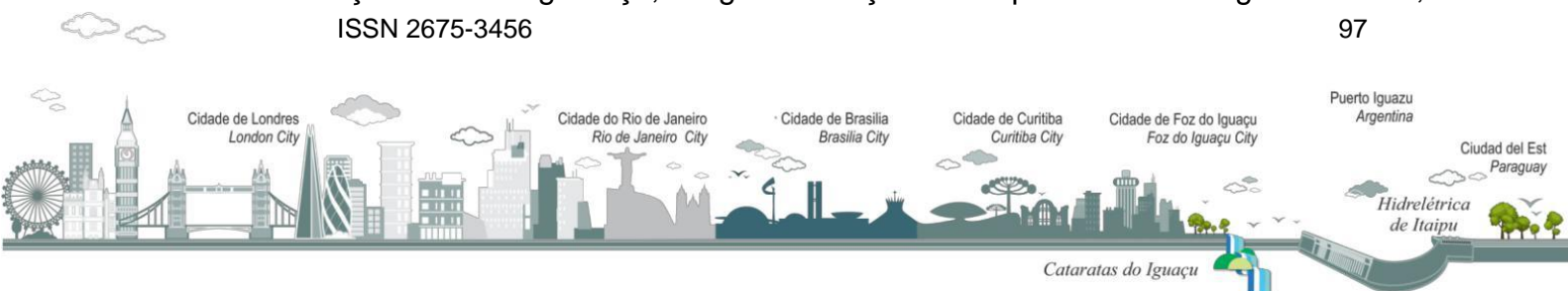
Os óbitos por afogamento não chamam a atenção da sociedade como deveriam, pois, ocorrem em locais isolados, ficando essas cifras de mortes em ambientes aquáticos diluídas nas estatísticas de trauma ocultando a necessidade de ações urgentes. O problema do afogamento é crônico, porque Estados e Municípios não possuem uma política pública de prevenção e, a prevenção aquática não é vista como prioridade, o afogamento simplesmente acontece e vira um número esquecido como outros dentro de uma estatística. O interesse em assumir este, como um problema, é fundamental para propor medidas mitigadoras.

Então, porque é tão difícil convencer a sociedade, os gestores públicos e, os administradores privados a investirem neste segmento? A resposta está no fato de que eles desconhecem o tamanho exato do problema, tais como o número de pessoas que diariamente se submetem ao risco de incidentes aquáticos, o custo humano e financeiro destas tragédias (fatal ou não). Assim, um dos grandes desafios neste segmento, é conseguir impactar a sociedade com informações de gestão dos riscos. Outro grande desafio é fazer com que os gestores públicos e, administradores privados de ambientes de lazer, entendam que possuem o dever legal de garantidores da segurança das populações que frequentam aqueles ambientes.

Nosso maior problema hoje é a falta de uma política pública de prevenção de afogamento padronizada em âmbito nacional tais como: legislação padronizada; placas de orientação em segurança; regulamentação da profissão de guarda-vidas;

ISSN 2675-3456

97





UK - BRASIL INTERNATIONAL

WORKSHOP

09 a 13
Setembro
2019

Foz do Iguaçu | Paraná | Brasil

**FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
URBANO RESILIENTE AO CLIMA**

Financing Urban Climate-Resilient Development



regulamentação do uso dos equipamentos de proteção individual; regras de segurança para atividades aquáticas; padronização de ações preventiva em locais de águas abertas; e legislação que atribua ao município a segurança em suas áreas aquáticas. etc.

O princípio da redução do número de incidentes aquáticos é a prevenção que inclui principalmente o mapeamento dos riscos, a sinalização deles e sua divulgação para as pessoas que frequentam aquele ambiente aquático bem como toda a educação dessa sociedade para esses riscos e formas de mitigação.

Tendo em vista esta trágica realidade, é fundamental criar mecanismos de resiliência para estes locais, tendo como foco as políticas públicas municipais de mitigação de afogamento implementadas e coordenadas pelos agentes públicos municipais.

2. OBJETIVO

Demonstrar o programa de prevenção de afogamento denominado “**Município Resiliente em Afogamento**” da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático.

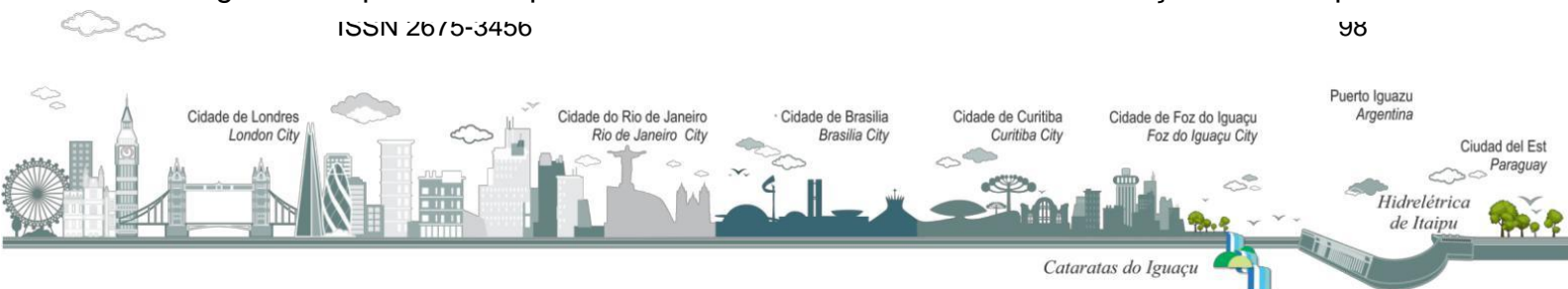
3. DESENVOLVIMENTO

O programa “**Município Resiliente em Afogamento**” foi lançado em 2016 como projeto piloto no Município de Cruzeiro do Iguaçu no Estado do Paraná, tendo apoio direto da SOBRASA e do Corpo de Bombeiros do Paraná, através do 3º Subgrupamento de Bombeiros Independente. Esse programa está disponível para convênio no site: <http://www.sobrasa.org/> da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático.

Um Município resiliente é aquele que tem a capacidade de reduzir, resistir, absorver e se recuperar de forma eficiente dos efeitos de um desastre e de maneira organizada prevenir a perda de vidas e bens. No Brasil foi lançado a campanha

ISSN 2675-3456

98





UK - BRASIL INTERNATIONAL

WORKSHOP

09 a 13
Setembro
2019

Foz do Iguaçu | Paraná | Brasil

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
URBANO RESILIENTE AO CLIMA

Financing Urban Climate-Resilient Development



"Construindo Cidades Resilientes" (Minha Cidade está Preparada) da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (EIRD), da Organização das Nações Unidas (ONU), é uma iniciativa da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), do Ministério da Integração Nacional, e pretende sensibilizar governos e cidadãos para os benefícios de se reduzir os riscos por meio da implementação de 10 passos para construir cidades resilientes. Conscientes de que o município é quem realiza a primeira resposta em situações de crises e emergências, a questão foi fundamental para que o programa incentivasse os governos locais e a sociedade civil organizada a se unirem em esforços, integrando todos os setores da sociedade e desenvolvendo soluções inovadoras que engajem suas cidades na redução das vulnerabilidades. Para isso, foi necessário que o município se reconheça como público alvo e agente promotor e realizador da Campanha. (BRASIL, 2016).

O programa "**Município Resiliente em Afogamento**" reúne um pacote de programas em detecção e mapeamento de risco, e propostas de mitigação por meio de programas de prevenção e manejo de risco em áreas aquáticas. (ref: <http://www.sobrasa.org/programas-de-prevencao-acoes-2/>). O conteúdo está disponível gratuitamente aos gestores municipais. Por interesse da administração municipal, o município solicita via ofício à Sobrasa um **convênio de cooperação** onde a Prefeitura se compromete a realizar a gestão dos riscos de afogamentos na área geográfica do município através criação de um conselho municipal de prevenção de afogamento e da elaboração de um plano de contingência contra afogamento. O conselho municipal de prevenção de afogamento indica quais ações são as mais necessárias e eficazes ao combate do problema. O convênio é um protocolo de boas práticas assinado entre 2 instituições (SOBRASA x Município) podendo ter apoio e cooperação dos Governos Estaduais e Federais e, do Ministério Público Estadual, por meio do Promotor de Justiça da Comarca em que se encontra aquele município.

ISSN 2675-3456

99





UK - BRASIL INTERNATIONAL

WORKSHOP

09 a 13
Setembro
2019

Foz do Iguaçu | Paraná | Brasil

**FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
URBANO RESILIENTE AO CLIMA**

Financing Urban Climate-Resilient Development



O Plano de Contingência contra Afogamento é elaborado utilizando informações dos históricos dos afogamentos que já ocorreram no município e região, através do mapeamento de atividades e áreas de atenção de afogamento, visando dar ênfase aos perigos regionais existentes, entender as fases do processo da linha do tempo do afogamento, criar uma política pública de prevenção de afogamento no município integrada em rede, por bacias hidrográficas, por regiões e Estados é a melhor forma de reduzir esse problema a nível nacional. O processo de prevenção é simples, levar as informações de afogamento ao maior número de pessoas possível moradoras no município.

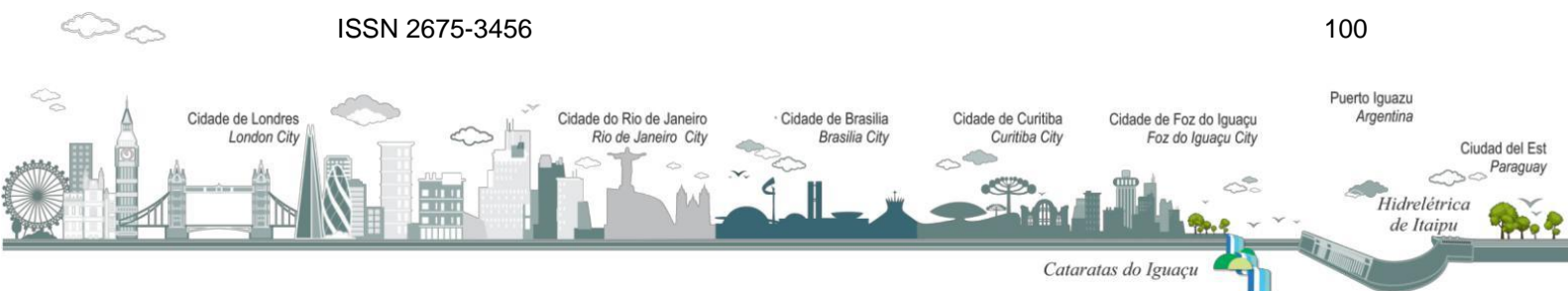
Embora a prevenção de afogamento seja o caminho mais fácil, seguro e barato, não há prevenção capaz de reduzir totalmente as ocorrências de afogamento, desta forma as **preparações** para as ações de respostas também são importantes, principalmente nos desastres de evolução súbita como enchentes e inundações, a implementação de respostas rápidas e articuladas é fundamental para a redução de danos e prejuízos.

A preparação para emergências e desastres relacionados ao meio líquido são um conjunto de ações desenvolvidas pela comunidade e pelas instituições governamentais, para minimizar os efeitos dos desastres, através da difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, da formação e capacitação de recursos humanos e da articulação de órgãos e instituições como empresas e comunidades.

A fase de preparação compreende, também, elaboração de planos prevendo diversas hipóteses de desastres em meio líquido, e a atuação nas fases de prevenção, reação, mitigação e reconstrução. Durante a fase de preparação para emergências e desastres o processo de planejamento não é um passo único ou um momento estático, a construção de um plano, mesmo que de alto nível, perde o significado durante esta fase se não for testado e atualizado periodicamente.

ISSN 2675-3456

100





UK - BRASIL INTERNATIONAL

WORKSHOP

09 a 13
Setembro
2019

Foz do Iguaçu | Paraná | Brasil

**FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
URBANO RESILIENTE AO CLIMA**

Financing Urban Climate-Resilient Development



O **plano de contingência** é um plano previamente elaborado para orientar as ações caso o evento adverso venha a se concretizar. O plano deverá ser elaborado com antecedência para: facilitar as atividades de preparação, prevenção e otimização das atividades de resposta.

Os Planos podem ser: **a) genérico**: abordando a estrutura prevenção e de resposta a qualquer afogamento em uma área ou, **b) específico**: focalizando uma atividade ou uma área de atenção de afogamento especial.

O programa e suas ferramentas são oferecidos pela SOBRASA (Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático). Criada em 1995 por um grupo de profissionais médicos, guarda-vidas e profissionais atuantes na área aquática. A SOBRASA é uma entidade sem fins lucrativos, que atua como órgão de convergência na prevenção de afogamentos e incidentes, de todas as atividades de esporte, lazer e trabalho na área aquática, agindo em prol de reduzir esta tragédia do afogamento. Em seu quadro possui os melhores especialistas brasileiros com presença em 26 estados da federação e com atuação internacional, na “International Lifesaving Federation” - ILSF e “International Maritime Rescue Federation” - IMRF. (SOBRASA, 2016).

Para a adesão do programa “Município Resiliente em Afogamento” há necessidade de realizar as seguintes fases:

a) O Prefeito assina com a SOBRASA um termo de compromisso de implantação do " **Programa Município Resiliente em Afogamento**" segundo as fases e prazos ajustados;

b) A gestão municipal cria o "Conselho Municipal de Prevenção de Afogamento", por decreto ou lei;





c) Um plano de enfrentamento customizado (Plano de Contingência contra Afogamento) é elaborado e proposto em conjunto para mitigar os riscos de afogamento no município.

Para facilitar o processo de implantação foram criados os pilares das ações do programa conforme segue:

1. Criação de um Conselho Municipal de Prevenção de Afogamentos;
2. Levantamento do perfil epidemiológico de afogamentos na região (local onde ocorre e grupo de risco);
3. Identificação por ordem de importância do problema afogamento e divulgação a comunidade para sua sensibilização através do levantamento das áreas de atenção de risco de afogamento e das medidas mitigadoras.
4. Incluir no plano de contingência do município, o plano de contingência contra afogamento justificado pela necessidade de gestão das áreas de atenção e das atividades que provocam riscos de afogamento;
5. Preparação - escolha da(s) melhor (es) ações em educação ao grupo alvo (todos em www.sobrasa.org);

Tabela 2 dados importantes sobre afogamento no Brasil.

PROGRAMA/AÇÃO (link)	MATERIAL DISPONÍVEL (links)	ATORES ENVOLVIDOS
Programa KIM NA ESCOLA	Vídeo 1 + vídeo 2 + gibi 1 + gibi 2 + aula na escola + jogos on-line	crianças e professores escolares
Programa PISCINA+SEGURA	flyer + vídeo + gibi + aulas na piscina	clubes, academias e escolas
Dicas PRAIAS+SEGURAS	Vídeo + flyer	Usuários e praticantes
Dicas e Programa SURF-SALVA	flyer + vídeo + curso + surf+seguro + folder	Instrutores e surfistas
Dicas NAVEGUE+SEGURO	Flyer	Pilotos e proprietários de barcos





UK - BRASIL INTERNATIONAL

WORKSHOP

Foz do Iguaçu | Paraná | Brasil

09 a 13
Setembro
2019

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO RESILIENTE AO CLIMA

Financing Urban Climate-Resilient Development



Dicas RIOS+SEGUROS	vídeo + flyer	população ribeirinha e pescadores
Dicas MERGULHO+SEGURO	Flyer	mergulhadores amadores e guias turístico
Programa INUNDAÇÕES	vídeo + gibi + curso on-line	agentes e população em risco
Curso de Emergência aquática	vídeo + curso + folder + manual	agentes de Defesa Civil, profissionais de saúde, atletas e outros multiplicadores
Esporte “Lifesaving”	Competições + Curso de arbitragem	Professores de educação física e atletas
Lifesaving Club	Local de reunião de várias ações	Comunidade em geral

Fonte: Sobrasa 2018.

6. Prevenção ativa com sinalizações e redução/impedimento de acesso a locais de risco ou isolados;

7. Prevenção reativa com guarda-vidas em áreas turísticas de grande uso ao banho, quando necessário;

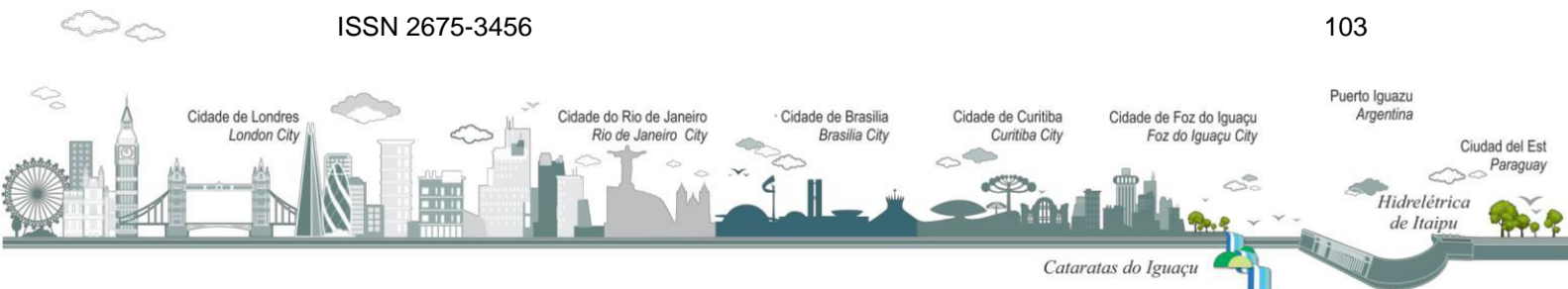
8. Implantação de um programa de ambientação aquática (natação) para crianças do município, quando possível;

9. Capacitar os integrantes do sistema de atendimento de urgência a afogamentos no atendimento a vítimas de afogamento;

10. Reavaliar resultados de sucesso e falhas e refazer as áreas de atenção do plano de contingência municipal.

11. Destacar a obrigação do município e, oportunizar o cumprimento desta de forma gradativa e, menos onerosa possível, sem descuidar do dever legal do ente federativo de implementar medidas de prevenção contra afogamentos.

Ao analisar a **Lei federal 12.608/12 – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil**: em seu Art. 8º, XI, impõe aos Municípios, o dever de dispor de “Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil”, que ao definir as áreas de risco, gerará ao município, que reconheça que praias e piscinas públicas constituem áreas críticas e,





UK - BRASIL INTERNATIONAL

WORKSHOP

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO RESILIENTE AO CLIMA

Foz do Iguaçu | Paraná | Brasil

09 a 13
Setembro
2019

Financing Urban Climate-Resilient Development



precisam ter um tratamento diferenciado quanto às medidas de segurança a serem adotadas.

CONCLUSÃO

As ferramentas utilizadas pela SOBRASA mostraram um grande alcance no processo de prevenção de afogamento no Brasil, porém esses programas estão sendo desenvolvido por voluntários de maneira isolada sem apoio direto da União, Estados e Municípios.

Temos de entender que os 5.700 casos de morte por afogamento que ocorrem nos municípios anualmente, é um problema de segurança e saúde pública e, seu enfrentamento e mitigação não pode ocorrer sem a atuação efetiva do gestor municipal.

Vimos que compete à União apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no mapeamento das áreas de risco, nos estudos de identificação de ameaças, suscetibilidades, vulnerabilidades e risco de desastre e nas demais ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Ao envolvermos os gestores municipais de defesa civil, responsáveis direto pelo manejo de risco a redução de afogamentos passa a ser uma política pública municipal, com grande probabilidade de sucesso. Com a adesão do programa “Município Resiliente em Afogamento”, o município tem a oportunidade de dispor e executar o plano de contingência contra afogamento, cumprindo com sua obrigação legal e, eximindo-se dos riscos inerentes às áreas náuticas de lazer.

REFERÊNCIAS

BRASIL. DATASUS. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

ISSN 2675-3456

104





UK - BRASIL INTERNATIONAL

WORKSHOP

09 a 13
Setembro
2019

Foz do Iguaçu | Paraná | Brasil

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
URBANO RESILIENTE AO CLIMA

Financing Urban Climate-Resilient Development



Globo, G1. Disponível em: < <http://www.g1.globo.com/se/sergipe/noticia/> >. Acesso em: 15 dez. 2016.

Governo do Estado do Paraná, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil: Plano de Contingência. Disponível em: < <http://www.defesacivil.pr.gov.br/> >. Acesso em: 07 jan. 2015.

SCHINDA, Antonio. **Epidemiologia de afogamento: Estado e políticas públicas no Paraná**. Cascavel, PR: PPGE, UNIOESTE, 2013. 146 p. (Dissertação de Mestrado).

SOBRASA. **Programa “município mais resiliente em afogamento”**. Acesso realizado em Agosto de 2018 em <http://www.sobrasa.org/programa-municipioresiliente-em-afogamento/>

SOBRASA. **Programas Institucional de prevenção em afogamentos**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.sobrasa.org>>. Acesso em: 19 Ago. 2018.

SZPILMAN, David & diretoria Sobrasa 2018-22. Afogamento – Boletim epidemiológico no Brasil 2018. **Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático SOBRASA** - Publicado on-line em <http://www.sobrasa.org>, Agosto 2018.

SZPILMAN, David; Tipton, Mike; Sempstrott, Justin; Webber, Jonathon; Bierens, Joost; Dawes, Peter; Seabra, Rui; Barcala-Furelos, Roberto; Queiroga, Ana Catarina. Drowning timeline: a new systematic model of the drowning process. **Am J Emerg Med**. 2016 Nov;34(11):2224-2226. doi: 10.1016/j.ajem.2016.07.063. Epub 2016 Aug.

ISSN 2675-3456

105

